

CIDADE E PERIFERIZAÇÃO: A evolução da violência na periferia do espaço urbano de Goiânia-GO

CITY AND PERIPHERALIZATION: The evolution of violence in the periphery of the urban space of Goiânia-GO

Ricardo Sousa de Jesus Júnior¹

Renato Araújo Teixeira²

Leonardo de Castro Araújo³

RESUMO

Este artigo analisa a evolução da violência urbana na periferia de Goiânia, com foco na região Noroeste, à luz de processos históricos de metropolização e segregação socioespacial. Por meio de metodologia qualitativa e quantitativa, investiga-se como a exclusão urbana, a ausência de políticas públicas e o avanço do crime organizado moldam a realidade local.

Palavras-chave: Fragmentação territorial; Metropolização; Periurbanização.

Introdução

A cidade moderna é o palco privilegiado das contradições do capitalismo. Ela concentra fluxos, informações, capitais e tecnologias, mas também reproduz desigualdades, exclusões e violências. Desde a Revolução Industrial, os centros urbanos se tornaram o epicentro das transformações sociais, políticas e econômicas que moldaram o mundo contemporâneo. No entanto, à medida que a cidade se consolidava como o espaço da promessa — da mobilidade, do progresso, da cidadania —, ela também revelava seu lado obscuro: territórios segregados, populações marginalizadas e formas múltiplas de violência estrutural.

No Brasil, essa ambivalência se expressa com nitidez. A urbanização, embora intensa e acelerada ao longo do século XX, ocorreu de forma excludente e desordenada, reproduzindo as desigualdades herdadas da formação social do país. As cidades brasileiras cresceram sob a lógica da especulação fundiária e da seletividade dos investimentos públicos, conformando territórios profundamente desiguais. Os centros históricos, onde se concentram os equipamentos urbanos e os serviços de qualidade, contrastam com as periferias, espaços relegados à precariedade e à ausência sistemática do Estado. Nesse processo, a violência não apenas surge como consequência, mas torna-se elemento estruturante do modo como se organiza e se vive a cidade. espaciais provocadas pela modernização da agricultura, dando, à cidade, um rubor agrícola.

A metrópole contemporânea — ainda que alicerçada no discurso da modernização — revela uma geografia da desigualdade que se materializa na espacialização da violência. A periferia, nesse contexto, deve ser compreendida para além de sua localização física. Ela é, como argumentam autores como Milton Santos (1993) e Ermínia Maricato (1996), um espaço socialmente construído, marcado por uma lógica de negação de direitos. É nela que se evidenciam as contradições entre o direito à cidade e a realidade cotidiana da exclusão.

Goiânia, planejada nos anos 1930 como símbolo de modernidade e racionalidade

¹ Universidade Federal de Goiás – professorcarsousa@gmail.com

² Instituto Federal de Goiás – IFG Inhumas - renatoaraujoifg@gmail.com

³ Universidade Federal de Goiás – leo.dcastro.geo@gmail.com

urbana, ilustra bem essa tensão. Fundada com o objetivo de reordenar territorialmente o Centro-Oeste brasileiro, a nova capital cresceu rapidamente, transformando-se em um polo regional de serviços e comércio. Entretanto, sob o traçado geométrico das avenidas e a retórica do progresso, a cidade consolidou um modelo de urbanização profundamente desigual. Nas franjas da cidade planejada, formaram-se bairros periféricos marcados por carência de infraestrutura, baixa oferta de serviços públicos e alta vulnerabilidade social.

A região Noroeste de Goiânia representa um dos casos mais expressivos desse processo. Com mais de 111 mil habitantes, é fruto de sucessivas políticas habitacionais que transferiram populações de baixa renda para áreas distantes do centro, sem a devida provisão de equipamentos urbanos. Esse processo de periferização forçada produziu um território socialmente vulnerável, onde a precariedade da moradia, a escassez de serviços e a ausência de oportunidades convergem para o agravamento dos indicadores de violência.

Neste cenário, justifica-se, portanto, que a violência ultrapassa os limites do fenômeno criminal. Ela se torna linguagem do cotidiano, forma de organização do território, mecanismo de controle e, muitas vezes, substituto do poder estatal. A fragmentação da presença do Estado e a ineficácia das políticas públicas criam um vácuo de poder que é, frequentemente, ocupado por grupos informais e organizações criminosas, que impõem suas regras, disputam territórios e moldam sociabilidades.

Com base nesse diagnóstico, este artigo tem como objetivo geral analisar os principais fatores que contribuem para o avanço da violência urbana nas periferias de Goiânia, com ênfase na região Noroeste. A partir de uma abordagem interdisciplinar, o estudo busca compreender como a estrutura socioespacial da cidade, articulada a processos históricos de segregação e à ausência do Estado, contribui para a conformação de territórios marcados pela vulnerabilidade e pelo conflito.

Para isso, mobiliza-se uma combinação metodológica que articula pesquisa documental, dados quantitativos oficiais (especialmente os Termos Circunstanciais de Ocorrência - TCOs), entrevistas com moradores e representantes das forças de segurança, além de revisão teórica de autores como Hannah Arendt (1994), Eguimar Felício Chaveiro (2001), Milton Santos (1993), e outros pensadores críticos da urbanização brasileira.

A relevância desta pesquisa reside na urgência de reposicionar a periferia como objeto central do debate urbano. Ao trazer à tona as experiências, vozes e dinâmicas da região Noroeste de Goiânia, este artigo propõe um olhar comprometido com a justiça urbana, com a democratização do espaço e com a construção de um projeto de cidade que reconheça e integre seus múltiplos territórios.

Resultados e Discussão

A leitura crítica dos dados empíricos obtidos na região Noroeste de Goiânia — por meio de entrevistas, observação de campo e análise de TCOs entre 2019 e 2023 — confirma que a violência urbana não pode ser compreendida de forma isolada, como uma simples ruptura da ordem pública. Trata-se, como já demonstrado por Wacquant (2001) e Maricato (2001), de um fenômeno estruturalmente enraizado no modelo excludente de produção do espaço urbano brasileiro.

Os dados da Prefeitura de Goiânia (2023) mostram que a cobertura de serviços públicos básicos, como saúde, educação e transporte, é significativamente inferior na região Noroeste em comparação a bairros centrais. Essa desigualdade territorial reforça o que

Milton Santos (1993) descreve como a fragmentação funcional das cidades, em que partes do território são integradas à lógica do capital e outras são relegadas à informalidade e à precariedade.

Tal realidade favorece a emergência de “territórios vulneráveis” — não apenas pela pobreza, mas também pela ausência do Estado. Foucault (2008) já alertava que o enfraquecimento das instituições públicas em determinadas áreas produz um “governo por ausência”, onde o controle social não é exercido pela presença cidadã do Estado, mas pela omissão seletiva que permite o florescimento de poderes paralelos. Essa ausência foi confirmada em entrevistas com moradores que apontam a ineficiência das políticas públicas e a presença intermitente e repressiva das forças policiais, sem articulação com programas sociais ou ações preventivas.

A análise dos Termos Circunstanciais de Ocorrência (TCOs) revela uma concentração de crimes patrimoniais, violência doméstica e tráfico de drogas. Em 2022, por exemplo, a região respondeu por 18% dos casos de violência doméstica em Goiânia, dado que evidencia a persistência de violências invisibilizadas, como a de gênero, e a fragilidade da rede de apoio às mulheres.

Essa situação confirma os apontamentos de Safa et al. (2021), que argumentam que a ausência de delegacias especializadas, casas de acolhimento e políticas públicas específicas para mulheres em regiões periféricas gera um ciclo de silêncio e impunidade, com forte subnotificação.

O tráfico de drogas, segundo entrevistas com policiais e moradores, estabelece uma territorialidade própria. Facções disputam o controle de bairros, impondo normas sociais, controle de circulação e recrutamento juvenil. Essa configuração é coerente com o que Wacquant (2001) chamou de “guetificação avançada”: espaços onde a desintegração das instituições públicas é acompanhada pela organização de poderes paralelos. A presença do Estado se restringe a ações repressivas, intensificando a seletividade penal e a criminalização da juventude periférica — principalmente negra e pobre.

Outro dado relevante é a percepção recorrente entre jovens de serem alvo constante de abordagens policiais arbitrárias, fato que remete à noção de “racismo institucional” discutida por Almeida (2018), e à ideia de estigmatização territorial, onde o CEP funciona como marcador social de suspeição. Isso agrava a sensação de não pertencimento e exclusão simbólica, reforçando o ciclo da marginalização urbana.

Contudo, a pesquisa também identificou formas de resistência e reinvenção do cotidiano. Projetos como o “Juventude em Movimento”, no Jardim Curitiba, articulam cultura hip hop, grafite e oficinas de formação crítica como formas de enfrentamento à violência. Esses dados dialogam com Santos (2002), ao afirmar que os territórios periféricos, mesmo submetidos à lógica da exclusão, são espaços de vida, invenção e solidariedade.

Há, portanto, uma clara inconsistência entre o discurso oficial sobre segurança pública e as práticas efetivas de cuidado com a população. Como revela o Portal da Transparência (2023), a região Noroeste, que concentra cerca de 15% da população de Goiânia, recebe menos de 10% dos investimentos públicos municipais. Isso evidencia o que Maricato (2001) denuncia como política urbana seletiva: enquanto os investimentos se concentram nos bairros economicamente valorizados, as periferias permanecem à margem da agenda de desenvolvimento.

Esse desequilíbrio entre controle e cuidado revela um modelo de “gestão da miséria” (WACQUANT, 2001), no qual o Estado, em vez de garantir direitos e cidadania, reforça o encarceramento, a vigilância e a repressão. A cidade, nesse contexto, atua como produtora de violência ao negar direitos básicos à sua população mais vulnerável.

Por fim, as entrevistas com técnicos da Secretaria Municipal de Planejamento revelam o descompasso entre o planejamento técnico-burocrático e a realidade vivida nas periferias. A ausência de um plano diretor inclusivo, a fragmentação das políticas públicas e a falta de vontade política são apontadas como entraves à construção de uma cidade menos desigual.

Conforme apontado por Arendt (1994), o poder legítimo nasce da ação coletiva e da deliberação pública. Para que Goiânia enfrente de forma eficaz a violência urbana, é preciso restaurar o elo entre cidade e cidadania, território e dignidade.

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo compreender, de forma interdisciplinar e crítica, como os processos de urbanização periférica em Goiânia se relacionam com a produção e a reprodução da violência, tendo como foco empírico a região Noroeste. Ao longo do trabalho, buscou-se analisar a complexidade dessa relação para além de uma abordagem tradicional de segurança pública, propondo uma leitura que integra território, cidadania e desigualdade.

A partir da análise realizada, foi possível inferir que a violência na periferia urbana não pode ser compreendida sem considerar a lógica de estruturação da própria cidade. Trata-se de um fenômeno que se inscreve no modelo excludente de urbanização, onde a ausência sistemática de direitos — e a presença seletiva do Estado — constituem uma condição estrutural de vulnerabilidade. A periferia não é apenas o local onde a violência acontece; ela é produzida como espaço de precariedade, estigmatização e controle.

A pesquisa também possibilitou identificar que o Estado atua de maneira ambígua: negligente no que diz respeito às políticas públicas essenciais e ativo na gestão repressiva dos territórios populares. Essa dualidade fortalece um ciclo perverso em que a ausência de direitos alimenta a violência, e a violência, por sua vez, legitima intervenções autoritárias e pouco democráticas. Essa contradição revela não apenas a seletividade da ação estatal, mas também a urgência de sua reconfiguração.

Foi possível deduzir ainda que os territórios periféricos, embora marcados por carências, também são espaços de potência social. As redes comunitárias, os coletivos culturais e as iniciativas autônomas emergem como formas legítimas de resistência, construção de pertencimento e reapropriação simbólica do espaço urbano. No entanto, essas práticas seguem invisibilizadas nas instâncias de planejamento urbano, que ainda operam a partir de uma racionalidade tecnocrática e pouco sensível à realidade popular.

Além disso, a pesquisa evidenciou que o problema da violência exige abordagens transversais e intersetoriais. A fragmentação das políticas públicas, aliada à lógica segmentada do planejamento urbano, impede a construção de respostas efetivas. Superar essa limitação requer tanto o fortalecimento institucional quanto a ampliação dos mecanismos de participação popular — elementos indispensáveis para a construção de cidades mais justas e menos violentas.

Outro aspecto relevante que emerge da investigação é a importância de se repensar o próprio papel da produção acadêmica frente às desigualdades urbanas. A

interdisciplinaridade, neste estudo, não foi apenas uma escolha metodológica, mas uma estratégia política para romper com as visões hegemônicas sobre a cidade e produzir conhecimento comprometido com a transformação social. Isso implica uma escuta ativa das vozes periféricas e o reconhecimento dos saberes populares como parte do processo científico.

Por fim, os achados deste trabalho apontam para a necessidade de uma profunda revisão do modelo de urbanização vigente em Goiânia. É fundamental que se avance rumo a uma agenda urbana que reconheça a centralidade das periferias e promova justiça territorial como condição para o enfrentamento da violência. Isso significa construir políticas públicas integradas, qualificadas e participativas, capazes de transformar o território em espaço pleno de direitos.

A violência urbana, como se demonstrou, não é um problema isolado, mas o reflexo de escolhas políticas, econômicas e sociais. O desafio que se impõe é coletivo: construir uma cidade mais democrática, onde o direito à vida e à dignidade não seja privilégio de poucos, mas condição compartilhada por todos e todas.

Referências

ALMEIDA, R. **Geografia da desigualdade: urbanização e segregação em Goiânia**. São Paulo: Edições Loyola, 2018.

ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Goiânia: Uma metrópole em travessia**. Universidade de São Paulo – USP, 2001. Tese de Doutorado

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Editorial Graal, 3ª ed. 1982.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARICATO, Ermínia (org). **Auto Construção, a Arquitetura Possível. In. A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega: 1982. 2ª Edição.

_____. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

PREFEITURA DE GOIÂNIA. *Dados estatísticos e urbanísticos do município – 2023*. Goiânia: Secretaria Municipal de Planejamento, 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. **Portal da Transparência: dados orçamentários 2023**. Goiânia, 2023. Disponível em: <https://transparencia.goiania.go.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2023.

SAFA, C. et al. Urbanização periférica e desigualdades socioespaciais. **Revista Brasileira de Geografia Urbana**, v. 12, n. 3, p. 45-67, 2021.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.